

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração na AC nº 0311475-0

Embargante: Richelmy Silva dos Santos

Embargado: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Acórdão

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. CONTRATO DE LOCAÇÃO COLACIONADO AOS AUTOS QUE APONTA UNIDADE HABITACIONAL DIVERSA DA SINISTRADA PELA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. RECONHECIMENTO DA ILEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*. IRRESIGNAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. ACLARATÓRIOS QUE NÃO SE PRESTAM PARA REDISCUTIR O JULGADO. INVIABILIDADE DO PEDIDO.

1. Os aclaratórios não se prestam a discutir o acerto ou desacerto da decisão objurgada, não se podendo haver por ingênua, ou simplesmente combativa, a postura da parte que, a pretexto de esclarecer omissão manifestamente inexistente, busca mesmo é reformar a decisão. Para que sejam acolhidos, devem os embargos de declaração estar jungidos aos lindes da omissão, contradição ou obscuridade, bem como ao erro material, hipóteses que não se vislumbram nos autos;

2. A Legitimidade ativa *ad causam* é uma condição da ação em que o indivíduo exerce o direito subjetivo material como o titular da ação (legitimidade ativa), no caso proposto, observo que não restou demonstrada a titularidade do imóvel pelo embargante, nem tampouco sua condição de inquilino;

3. Inexistentes as mazelas imprecadas contra o aresto embargado, nega-se provimento aos embargos declaratórios intentados com objetivo de inverter o mérito do julgado. Decisão à unanimidade de votos.

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do TJPE, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** aos embargos de declaração opostos por **Richelmy Silva dos Santos**, tudo conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 25 de Setembro de 2014.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador relator



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração na AC nº 0311475-0

Embargante: Richelmy Silva dos Santos

Embargado: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Relatório

Richelmy Silva dos Santos interpôs os presentes aclaratórios em face do Recurso de Apelação encartado nos autos que acolheu a preliminar de ilegitimidade ativa pelo fato do autor não ter demonstrado que efetivamente suportou os danos anunciados na vestibular.

Nas razões em apreço, aduz o embargante que a decisão objurgada merece melhor análise, uma vez que este juízo revisor não teria atentado para o conjunto probatório em toda sua extensão, na medida em que o promovente teria feito prova através do contrato de locação colacionado aos autos, que realmente suportou os efeitos nefastos da suspensão de energia elétrica de que trata a vestibular.

Ao final, pugnou pelo provimento dos aclaratórios a fim de que seja sanada a contradição/omissão apontada.

É o relatório.

Recife, 25 de setembro de 2014.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador relator

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração na AC nº 0311475-0

Embargante: Richelmy Silva dos Santos

Embargado: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Voto

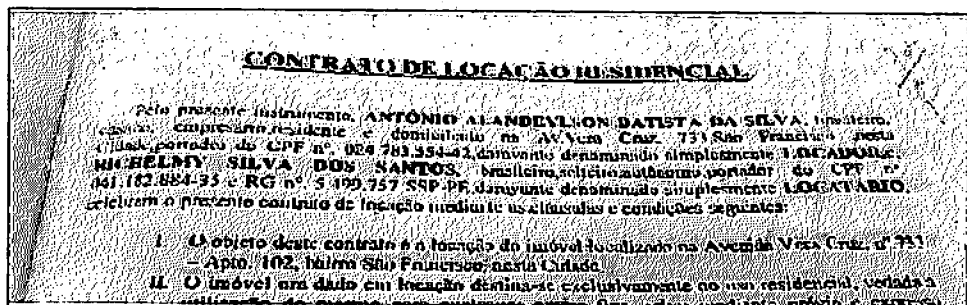
Como se sabe, o direito de ação é condicionado ao preenchimento dos requisitos essenciais para que legitimamente se possa exigir, na espécie, o provimento jurisdicional.

A Legitimidade ativa *ad causam* é uma condição da ação em que o indivíduo exerce o direito subjetivo material como o titular da ação (legitimidade ativa), no caso proposto, observe que não restou demonstrada a titularidade do imóvel pelo embargante, nem tampouco sua condição de inquilino, a qual poderia ter sido comprovada através de prova testemunhal que ratificasse sua habitualidade no imóvel e de que foi ele quem experimentou o abalo perante a vizinhança quando da suspensão da energia elétrica.

Dedilhando o acervo probatório, observo que a prova (fls. 77/79) em que se arrimou a sentença singular não merece guarida, uma vez que o contrato de locação ali firmado não corresponde à residência objeto da suspensão de energia elétrica em comento.

O endereço fornecido pelo embargante da unidade consumidora na inicial, que consta nas faturas colacionadas no caderno processual e na ordem de corte expedida pela Celpe (fls. 14) é o da **Rua Joaquim Távora, nº. 733, apto. 102 do Conjunto Antônio Batista, bairro Centro, Caruaru**, tendo com titular do imóvel **Eliane Cristina Silva Gonçalves**.

Noutra banda, percebe-se que na realidade o aclarante colacionou o contrato de locação (fls. 77/79) referente ao imóvel localizado na **Avenida Vera Cruz, nº. 733, apto. 102 do bairro de São Francisco, Caruaru**, tendo como titular do imóvel **Antônio Alandeylson Batista da Silva**, senão vejamos:



Nestes termos, não demonstrando o embargante sua legitimidade, seja através de prova testemunhal ou documental, não há como admitir através de simples afirmação hipotética que o mesmo tenha sido vítima de possível ato arbitrário da embargada.

Com efeito, as alegações da embargante pugnam pela reabertura de discussão de matéria já decidida no acórdão embargado, o que é inadmissível em sede da espécie recursal manejada.

O que pretende através dos presentes embargos é rediscutir a matéria, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Assim entende a jurisprudência:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 7 E 211/STJ E 282/STF. 1. Ao Juiz cabe apreciar a lide de acordo com o seu livre convencimento, não estando obrigado a analisar todos os pontos suscitados. 2. A ausência de prequestionamento, malgrado a oposição de embargos de declaração, atrai o óbice das Súmulas 211/STJ e 282/STF. 3. O revolvimento das provas não se viabiliza na via do recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ. 4. Recurso especial improvido." (RESP 545.773/RN, STJ, Segunda Turma, unânime, Rel. Ministro Castro Meira, DJU 23/03/2007).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RESQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL. SEU IMPROVIMENTO. 1. O limite funcional do tribunal no julgamento de embargos de declaração está delineado no art. 535 do CPC, qual seja, aclarar obscuridades, contradições, omissões e/ou erro material, com função meramente integradora. 2. A revisitação meritória da decisão originária está restrita ao recurso adequado e oportuno. 3. A base decisória fundou-se no princípio da isonomia. 4. Prequestionamento quanto à alegada negativa de vigência ao disposto no art. 39 da CF e Lei Estadual nº 10.748/92 que se verifica. 5. Aclaratórios à unanimidade improvidos." (EDCL 76246-1/01, TJPE, Oitava Câmara Cível, unânime, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, DJU 07/05/2007).

Assim, não havendo qualquer das situações elencadas no art. 535 do CPC, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** aos presentes aclaratórios.

É como voto.

Recife, 25 de setembro de 2014.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador relator